

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: REFLEXÕES DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

THE WORK OF THE SOCIAL ASSISTANT IN THE PSYCHOSOCIAL CARE CENTER: REFLECTIONS OF THE INTERNSHIP IN SOCIAL WORK

Maria Nely Rodrigues dos Santos¹
Tatiana de Lima Souza²

RESUMO

O trabalho realizado pelo/a Assistente Social nos serviços de saúde mental é de suma importância para viabilizar o acesso dos/as usuários/as às políticas públicas. Tal processo ocorre juntamente com outros/as profissionais que visam atender aos usuários e suas famílias, sendo esse trabalho relevante para o alcance de resultados qualitativos nas condições de vida do público atendido. O objetivo dessas reflexões foi analisar o trabalho do/a Assistente Social no Centro de Atenção Psicossocial, tendo como base o estágio obrigatório em Serviço Social. A metodologia consistiu em levantamento bibliográfico e documental acerca das configurações do trabalho do Assistente Social e da Política de Saúde. Os resultados indicaram que o trabalho do Assistente Social no Centro de Atenção Psicossocial está principalmente ligado ao atendimento das demandas dos usuários de substâncias lícitas e ilícitas, em situação de vulnerabilidade social, e de seus familiares, os quais geralmente solicitam serviços da Assistência Social.

Palavras-chave: Centro de Atenção Psicossocial. Política de Saúde Mental. Trabalho. Assistente Social. Estágio supervisionado.

ABSTRACT

The work carried out by the Social Worker in mental health services is of paramount importance to enable users to access public policies. This process takes place together with other professionals who aim to serve users and their families, and this work relevant for achieving qualitative results in the living conditions of the public served. The objective of these reflections was to analyze the work of the social worker at the Psychosocial Care Center, based on the mandatory internship. The methodology consisted of a bibliographic and documental survey about the configurations of the Social Worker's work and the Health Policy. The results indicated that the work of the Social Worker in the Psychosocial Care Center is mainly linked to meeting the demands of users of licit and illicit substances, in

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: necysantos16@hotmail.com

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social da UFRN. E-mail: tatiana.souza56@yahoo.com.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



situations of social vulnerability, and their families, who usually request services of the Social Assistance.

Keywords: Care Center Psychosocial. Health Mental Policy. Work. Social Worker. Supervised Internship.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a saúde, em especial os serviços de saúde mental, configura-se como sendo indispensável no atual formato de sociedade, uma vez que o capitalismo exige cotidianamente que os indivíduos que trabalham sejam produtivos e contribuam de alguma forma para a continuidade dessa organização bárbara. E, mesmo aqueles/aquelas que não estão inseridos no processo direto de produção ou que estão vivenciando o desemprego, são essenciais para a reprodução do capital (BISNETO, 2007; ANTUNES, 2015).

Esse processo de exigências postas pela forma como se organiza as relações sociais no capitalismo tende a repercutir na saúde mental dos sujeitos, quadro que demanda a intervenção de profissionais vinculados à política de saúde. Tomando como base essa reflexão e de posse da análise da Lei Antimanicomial, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) desenvolve um pertinente trabalho com pessoas acometidas por transtornos mentais. Nesse espaço, atuam profissionais de áreas diversas, configurando-se como uma equipe multidisciplinar, dentre os quais o/a Assistente Social que desenvolve um trabalho na perspectiva da viabilização de direitos demandados pelos/pelas usuários/as e familiares que frequentam esse serviço. Assim, o CAPS também constitui um dos campos de estágio para os/as discentes de Serviço Social, os/as quais são demandados/as a tecer suas reflexões e contribuir no processo de trabalho desenvolvido na instituição.

Do mesmo modo que em outros espaços, na área da saúde o Serviço Social desenvolve suas intervenções norteadas pelo Projeto Ético-Político, que dialoga com o Projeto de Reforma Sanitária Brasileira, o qual tem lutado pela materialização plena do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, da Lei 8.080 de 1990. Dessa forma, a importância de discutir o trabalho do/a Assistente Social na Saúde Mental e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



as contribuições do estágio curricular reside no fato de que é através das intervenções de profissionais que muitos/as usuários/as conseguem atendimento e acompanhamento por uma rede de serviços vinculada à efetivação dos direitos sociais postos na Constituição Federal de 1988 e em outras leis, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Tecidas essas considerações, tivemos como objetivo analisar o trabalho do/a Assistente Social no CAPS, tendo como base as reflexões do estágio obrigatório em Serviço Social. A metodologia consistiu em levantamento bibliográfico e documental acerca das configurações do trabalho do/a Assistente Social e da Política de Saúde. No tocante à estrutura do artigo, ele foi dividido em seções, nas quais estão presentes a discussão sobre a política de saúde mental no Brasil, alguns apontamentos sobre o trabalho do/a Assistente Social no CAPS, destacando os limites e os desafios do Serviço Social nesse serviço substitutivo de saúde mental.

2 A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES

A política de saúde no Brasil passou por diversos momentos de avanços e retrocessos, pois é expressão de interesses e projetos de diferentes classes, as quais disputam hegemonia e projetos societários. No âmbito da saúde, a luta da classe trabalhadora refere-se ao acesso a um direito que em hipótese alguma deveria ser negligenciado pelo Estado ou mercantilizado pelos interesses do capital, haja vista ser uma área que intervém diretamente na qualidade de vida das pessoas. De acordo com Bisneto (2007, p.91) “[...] problemas sociais levam a problemas mentais. No sentido inverso, também a experiência mostra como problemas mentais levam os indivíduos a enfrentar sérios problemas sociais [...].”

Na particularidade dos processos históricos referentes à saúde mental, salientamos que, no Brasil, essa política pública obteve avanços a partir do Movimento de Reforma Psiquiátrica Brasileira, o qual foi influenciado pela Reforma Psiquiátrica ocorrido na Itália. Nesse sentido, apontamos a importância dos acontecimentos vinculados à luta por mudanças na área da saúde mental nas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



décadas de 1970 e 1980, posto que foram períodos que expressaram a inconformidade dos/das trabalhadores/as da saúde mental e de movimentos sociais em relação ao tratamento de pessoas com transtornos mentais, tendo em vista a prevalência, nos citados momentos, de manicômios (BISNETO, 2007).

Com base nas reflexões de Bravo (2009), depreendemos que apesar do fortalecimento do neoliberalismo nos anos de 1980 e 1990 que acarretou o desmonte das políticas sociais, ainda assim com a participação de sujeitos diversos da sociedade brasileira, a saúde conquistou uma legislação que expõe como esse direito deve ser efetivado, constando na Lei 8.080 de 1990 que:

§1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visam à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1990, s/p).

Entendemos que o Estado e as políticas sociais passam por um processo de transformações decorrentes do desenvolvimento do neoliberalismo, o qual limita a ação efetiva do poder público no que concerne às necessidades sociais da população em situação de vulnerabilidade social. Isso porque, há o espraiamento da ideologia mercantil para diversos âmbitos, inclusive, na política de saúde, a partir do momento em que são multiplicados os serviços privados, os quais são direcionados – principalmente – para aqueles que podem pagar. Logo, “a proposta de Política de Saúde construída na década de 80 tem sido desconstruída. A saúde fica vinculada ao mercado, enfatizando-se as parcerias com a sociedade civil, responsabilizando a mesma para assumir os custos da crise [...]” (BRAVO, 2009, p.100).

Apesar desse processo de mercantilização da saúde, temos que a busca pela melhoria dos serviços aconteceu em diversos momentos da história do país e isso mostra a resistência de forças populares para que o desenvolvimento dessa política fosse qualitativo, ao refletirmos, por exemplo, sobre a Revolta da Vacina em 1904 e a Reforma Sanitária iniciada na década de 1970. Evidentemente que são momentos distintos, mas que demonstram a mobilização da população em torno da política de saúde (BRAVO, 2009). Isso permite também visualizarmos os contraditórios

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

momentos ocorridos para o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, o qual é sustentado pelos seguintes princípios doutrinários: a universalidade, a equidade e a integralidade (BRASIL, 1990). Tais princípios são de suma relevância para a implantação da saúde na perspectiva do direito do cidadão e de dever do Estado, apesar de encontrarem dificuldades e desafios para a sua materialização.

A política pública de saúde tem encontrado notórias dificuldades para sua efetivação, como a desigualdade de acesso da população aos serviços de saúde, o desafio de construção de práticas baseadas na integralidade, os dilemas para alcançar a equidade no financiamento do setor, os avanços e recuos nas experiências de controle social, a falta de articulação entre os movimentos sociais, entre outras. Todas essas questões são exemplos de que a construção e consolidação dos princípios da Reforma Sanitária permanecem como desafios fundamentais na agenda contemporânea da política de saúde (CFESS, 2010, p.21).

Os parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na política de saúde (2010) expressam a realidade dessa área, bem como orientam o trabalho profissional na direção da luta cotidiana pela defesa do Projeto de Reforma Sanitária, pois o SUS representou uma conquista viabilizada, principalmente, pelos/pelas participantes do Movimento de Reforma Sanitária, a qual vem possibilitando outros avanços, a exemplo da criação dos serviços substitutivos de saúde mental, do qual o CAPS faz parte e que expressa também alguns dos resultados do Movimento de Reforma Psiquiátrica brasileiro. Segundo Bisneto (2007, p.36) “no início dos anos 1990 as conquistas do Movimento de Reforma Psiquiátrica permitiram a expansão de serviços psiquiátricos alternativos através da contratação ou financiamento de atendimentos não-manicomial”.

A partir da Lei Antimanicomial 10. 216 de 2001 que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas que têm transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (BRASIL, 2001, s/p), o CAPS tem implementado serviços de saúde mental em articulação com outras políticas sociais, com vistas a prevenir recaídas e abstinências, tendo como foco a humanização do atendimento e o rompimento com preconceitos. Ainda sobre o trabalho proposto pelo CAPS, Lima (2018, p.226, grifos da autora) destaca a importância da clínica ampliada, uma estratégia que tende a potencializar a qualidade do trabalho na saúde mental.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Na perspectiva de centralidade no sujeito, vai se constituindo enquanto estratégia de tratamento no CAPS uma experiência denominada *clínica ampliada* que, com base nos aportes teóricos e operativos da saúde coletiva, sintetiza uma metodologia que busca apreender o *homem* em sua totalidade, ou seja, em suas múltiplas dimensões: psicológica, biológica, social, histórica e política, cujo objetivo é possibilitar ao sujeito singular o protagonismo em seu processo de saúde, deslocando-se o olhar da doença para a pessoa.

Para fortalecer a política de saúde mental, temos a Portaria de nº3.088, de 23 de dezembro de 2011 que “institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Destacamos dessa portaria a questão relacionada ao trabalho com os/as usuários/as, pois aponta que deverá ser realizado por equipes multiprofissionais, uma vez que as pessoas que sofrem com transtornos mentais têm necessidades sociais que estão além do atendimento psiquiátrico. Esse é um aspecto importante que se relaciona com o entendimento ampliado da saúde, conforme expõem a Lei 8.080/90 ao afirmar que “a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais [...]”. Novamente, visualizamos que diferentes fatores existentes nessa sociabilidade burguesa podem desencadear transtornos mentais e, ainda, levar ao uso abusivo ou não de substâncias psicoativas (CFESS, 2016).

Conforme já explicitado, a política de saúde tem enfrentado muitas dificuldades para efetivar todos os seus serviços. Infelizmente, essa situação foi agravada em virtude da aprovação da Emenda Constitucional (EC) de n.95, a qual acarreta reduções de investimentos para a execução das políticas sociais, a exemplo da saúde.

Nesse contexto, a EC95 propõe retroceder nos próximos 20 anos o que o país avançou nos últimos 20 anos em termos de gastos públicos, fundamentais para a consolidação dos direitos sociais no Brasil. Essa drástica redução de participação do Estado na economia é representativa de outro projeto de país, diferente daquele almejado pela Constituição de 1988, uma vez que reduz substancialmente os recursos públicos para a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



garantia de direitos sociais como saúde, educação, previdência e assistência social (ROSSI et. al, 2019, p.10).

A Emenda Constitucional n.95 expressa o processo de continuidade dos ajustes fiscais que ocorrem há anos no Brasil para satisfazer as necessidades do capital e precarizar as condições de vida da classe trabalhadora. Temos que as políticas sociais que sofreram os impactos dessa emenda se relacionam àquelas solicitadas pelos/as usuários/as do CAPS, isto é, a política de saúde e de assistência social. Notadamente que essa conjuntura reverbera nos resultados do trabalho dos/as profissionais e no processo de tratamento dos/as usuários/as.

Diante do exposto, pensamos que tanto a Reforma Sanitária quanto a Reforma Psiquiátrica possibilitaram que o Serviço Social fosse ampliado nas instituições que ofertavam serviços de saúde mental, assim como apreendesse melhor as contradições desses espaços sócio-ocupacionais, tendo em vista as ações cotidianas realizadas. A seguir, aprofundaremos as reflexões sobre o trabalho do/a Assistente Social na particularidade do CAPS AD, resgatando alguns elementos do cotidiano profissional captados por intermédio do estágio obrigatório.

3 APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAPS AD

Desde os seus primórdios, o Serviço Social configura-se como uma profissão que atua no âmbito de diferentes instituições e, conseqüentemente, das políticas sociais. Na área da saúde mental, Bisneto (2007, p.61) apresenta a seguinte síntese sobre o trabalho realizado por Assistentes Sociais desde o período de sua gênese até a contemporaneidade.

O Serviço Social em Saúde Mental no Brasil iniciou-se em 1946, pela atuação no Centro de Orientação Infantil (COI) e no Centro de Orientação Juvenil (COJ). Apesar disso, pode-se dizer que sua estrutura atual originou-se só após 1964 com a mudança do atendimento previdenciário na Saúde Mental dos indigentes para os trabalhadores e seus dependentes, com a prestação de serviços sociais necessários ou benefícios para a lógica dos manicômios para legitimá-los na situação de pobreza dos pacientes. Posteriormente, nos anos 1990, essa estrutura assistencial com equipes multiprofissionais e com visão social está sendo reaproveitada pelo Movimento de Reforma Psiquiátrica no Brasil.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Depreendemos a partir do exposto que, o trabalho do/a Assistente Social na saúde mental ao longo dos anos foi sendo ampliado no sentido de intervir efetivamente nas condições de vida dos usuários acometidos com transtornos mentais, ou seja, percebeu-se a relevância desse trabalho para que o funcionamento dos hospitais, entre outros estabelecimentos de saúde, fosse mais eficaz, haja vista a intervenção social dos Assistentes Sociais com as famílias e até mesmo com a comunidade. Essa intervenção que ocorria, inicialmente, na direção do moralismo, com o Movimento de Renovação da profissão e as conquistas que ocorreram nas décadas de 1980 e 1990, tanto no campo da saúde quanto na área de Serviço Social, a perspectiva do trabalho passou a ser norteadada pela luta em prol da viabilização de direitos do público-alvo da saúde mental (BISNETO, 2007). Ainda sobre esse processo de historicização do Serviço Social e suas intervenções na política de saúde mental, Robaina (2010, p.343) apresenta outros elementos referentes ao trabalho profissional.

[...] o campo que vem sendo identificado como atenção psicossocial constitui-se em espaço sócio-ocupacional do assistente social, posto que ali se expressa a questão social – nosso objeto. Mas note-se: o campo da atenção psicossocial aqui é entendido como o plano que envolve as questões de assistência, moradia, trabalho, cidadania... relativos aos usuários dos serviços de saúde mental, que não pode ser confundido com paradigma psicossocial onde é atribuída ao assistente social a prática de terapias. Há que se distinguir o campo do modelo.

Dessa reflexão, extraímos a preocupação da autora para aquilo que efetivamente é trabalho do Assistente Social, posto que, às vezes, tem-se uma noção um tanto equivocada sobre as possibilidades de trabalho do Serviço Social. Na estrutura do CAPS, mesmo sendo essencial, pensamos que o trabalho profissional ainda precisa obter mais visibilidade e valorização, sendo suas atribuições privativas e competências profissionais respeitadas, bem como o espaço de trabalho adequado a realização dos atendimentos de forma ética e coerente com os valores defendidos pelo conjunto da categoria.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

As atribuições e competência dos profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na saúde ou em outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos profissionais quanto pelas instituições empregadoras [...] (CFESS, 2010, p.33).

Nesse aspecto, o/a Assistente Social deve dialogar e expor nos referidos espaços a configuração do seu trabalho. Evidentemente, que esse não é um processo fácil, contudo é necessário para preservar os avanços já conquistados pela profissão no tocante a sua atuação na saúde mental. Esse processo de constante reflexão das intervenções profissionais realizadas nos diversos espaços ocupacionais tem repercussão direta na qualidade do trabalho executado, haja vista que as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/1993 são cruciais para o fortalecimento da perspectiva ampliada de saúde e, dessa forma, do acesso dos usuários dos serviços de saúde mental aos direitos sociais indispensáveis para que tenham uma melhor qualidade de vida.

Nessa perspectiva, o documento do CFESS (2016) sobre o estigma do uso de drogas apresenta proposições a serem observadas na atuação do Assistente Social, a exemplo da linguagem utilizada com os usuários de substâncias psicoativas nos diferentes espaços de trabalho, a qual deve ser compreensível e um meio viabilizador de elementos para o questionamento do senso comum. O cotidiano do CAPS Álcool e Drogas (CAPS AD) permite-nos afirmar que as condições de trabalho devem contemplar o desenvolvimento satisfatório das atividades a serem implementadas pela equipe multidisciplinar. No que se refere às relações trabalhistas, a pauta por melhores salários e o aumento do número de concursados ainda permanece atual e urgente no campo da política saúde. Porém, esses pontos da realidade das condições e relações de trabalho são tensionados, prevalecendo o projeto do capital para o mundo do trabalho, o qual tem sido caracterizado pelo avanço da terceirização, da precarização e da exploração da classe trabalhadora, a partir da utilização de estratégias como a flexibilização dos direitos trabalhistas (ANTUNES, 2015).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Avançando nas reflexões, temos que o trabalho do/a Assistente Social no CAPS contribui para que os atendimentos realizados pela equipe multidisciplinar se distanciem de práticas preconceituosas e conservadoras, mas que sejam embasadas pela perspectiva da humanização e do acolhimento dos/as usuários/as de substâncias psicoativas. Entretanto, esse direcionamento encontra algumas limitações, seja em virtude da formação acadêmica dos outros profissionais ou até mesmo da própria infraestrutura da organização, que geralmente dificulta a realização de atendimentos qualificados e que assegure aos usuários o sigilo das informações, conforme posto na Resolução de n.493 de 2006 do CFESS, a qual versa sobre as condições éticas e técnicas do trabalho do/A Assistente Social.

Em relação aos/às usuários/as, a partir do estágio, identificamos que o público-alvo do CAPS AD era composto de homens – em sua maioria, e em geral com dependência econômica em relação aos familiares – e também mulheres adultas, de cor parda ou negra e que tinham problemas de dependência com álcool e outras substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas. Esses/essas usuários/as tinham baixo nível de escolaridade e eram provenientes de bairros periféricos, encontrando-se em situação de vulnerabilidade social, vivenciando situação de pobreza, configurada como uma das expressões da questão social, a qual resulta da contradição entre capital e trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013). As diversas formas de expressão da questão social vivenciadas pelos/as usuários/as expressam ainda mais a importância do trabalho profissional do Serviço Social na saúde mental, uma vez que é o/a Assistente Social que nos serviços substitutivos de saúde mental mobiliza os seus conhecimentos para responder às requisições dos/das usuários/as, os quais já vem de uma trajetória de violações de direitos seja no campo da saúde, da assistência social ou do sistema sócio-jurídico, conforme destaca o documento do CFESS (2016).

Dito isso, as principais atividades desenvolvidas pelo/pela Assistente Social no CAPS AD, com base nas vivências do estágio, eram as seguintes: acolhimento, visita domiciliar, encaminhamento dos/as usuários/as e familiares para outros

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

serviços públicos, realização de oficinas, palestras, grupos e rodas de conversa para o compartilhamento de informações sobre o acesso às políticas sociais. Todavia, é preciso mencionar que tais atividades nem sempre ocorrem da forma planejada, visto que, a configuração da instituição interfere nessas ações seja facilitando ou impondo exigências que dificultam o trabalho profissional. Esse fato remete à questão da relativa autonomia do/a Assistente Social que tende a ser questionada ou desrespeitada tanto por profissionais quanto pela própria instituição.

Com isso, percebemos que os fatores que possibilitam a efetivação do trabalho profissional crítico é a sólida formação e, conseqüentemente, sua continuidade em cursos de capacitação, bem como o seu compromisso ético-político em defender os interesses dos/as usuários/as, ainda que em condições de trabalho adversas, quadro que tende a ampliar os desafios profissionais dos/as Assistentes Sociais existentes no campo da saúde mental.

4 DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPS AD: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Tecer análises críticas e propositivas sobre o estágio obrigatório em Serviço Social e o processo de trabalho desenvolvido pelos/pelas profissionais de uma instituição é uma via que possibilita a construção de novas formas de intervenção e de possíveis modificações na formação profissional no sentido de agregar demandas que emergiram da experiência de estágio, entre outras questões a serem formuladas. Ademais, é no período do estágio que o/a discente aproxima-se um pouco mais da realidade de trabalho do/a Assistente Social e conhece alguns desafios inerentes aos espaços sócio-ocupacionais. Para Robaina (2010) existem alguns desafios postos aos/as profissionais de Serviço Social que atuam no campo da saúde mental, um desses seria a atividade denominada de Assembleia. A autora aponta a importância da problematização dessa atividade, que deve ultrapassar o âmbito da sua função terapêutica, numa perspectiva de fomentar a participação dos usuários em tratamento e de seus familiares na gestão da instituição.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Destacamos também como sendo outro desafio, o entendimento de como se processa o trabalho do/a Assistente Social na saúde mental e as legislações referentes a essa área, haja vista que durante a graduação são realizadas poucas discussões sobre as particularidades desse trabalho e quais ações são desenvolvidas pelo Serviço Social, conforme defende Bisneto (2007). Sabemos que o trabalho do/a Assistente Social com as políticas sociais demanda o conhecimento sobre elas e a análise diferenciada que tem sobre as expressões da questão social. Isso aponta para o estudo permanente da legislação social para assim orientar os/as usuários/as sobre as instâncias garantidoras de direitos as quais podem recorrer. A realidade do CAPS AD no qual ocorreu o estágio demonstrou que a Política de Assistência Social era a que se sobressaia, haja vista o perfil socioeconômico dos/as usuários/as, os/as quais geralmente não estavam no mercado formal de trabalho, necessitando solicitar programas e benefícios assistenciais do Governo Federal.

Em virtude disso, citamos a pertinência do compartilhamento de saberes e experiências dos/as discentes com o/a Assistente Social supervisor/a, uma vez que a realidade é dinâmica e demanda constantes reflexões. Um aspecto importante que merece ser apresentado diz respeito à efetivação do trabalho interdisciplinar, visto que no CAPS atuam diversas profissões, as quais possuem projetos de sociedade também distintos. Cabe ao Serviço Social o diálogo respeitoso com as outras perspectivas de apreensão da realidade e defender as conquistas já alcançadas em relação às políticas sociais e aos direitos humanos. Outro ponto a ser explicitado e que se coloca como desafiante, tendo em vista a existência na sociedade de modelos idealizados de família, é o trabalho desenvolvido pelo/pela Assistente Social numa perspectiva crítica e que é direcionado aos familiares dos/as usuários/as do CAPS.

Observou-se também a necessidade de ampliar o quantitativo de profissionais de Serviço Social no sentido de não sobrecarregar o/a Assistente Social, otimizar a operacionalização das atividades, bem como a possibilidade de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ocorrerem mais momentos de reflexão acerca dos atendimentos e dos resultados alcançados pela equipe multidisciplinar do CAPS. Considerando esse ponto, salientamos a importância do matriciamento, pois existem diversificadas demandas que, às vezes, requerem a mobilização de conhecimentos e intervenções que estão além daquelas existentes e ofertadas no CAPS.

Bisneto (2007) reflete sobre o trabalho na saúde mental e sua ligação com os processos econômicos, políticos e ideológicos que ocorrem na sociedade capitalista, a qual é perpassada pela contradição entre capital e trabalho. Partindo dessa análise, considera que os indivíduos que estão passando por acompanhamento e tratamento na área da saúde mental devem ser estimulados a desenvolver o seu protagonismo e a sua autonomia nessa trajetória, ou seja, tecer suas próprias reflexões sobre suas condições de vida, sobre a realidade contraditória que precisam enfrentar e vivenciar cotidianamente. Essa é uma forma de possibilitar a compreensão de que os sofrimentos mentais, no nosso caso em análise acrescentamos o uso de psicoativos, guardam relação com o capitalismo. Assim, para o autor os indivíduos precisam se “apropriar das relações sociais reais”.

Desse modo, os desafios apresentados podem, por vezes, limitar algumas atividades que deveriam ser desenvolvidas pelo/pela Assistente Social e os/as outros/outras profissionais do CAPS, mas também impulsionam o desenvolvimento de estratégias de trabalho coletivas que estejam direcionadas por valores éticos e emancipatórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização dessa síntese resultante do estágio obrigatório, apontamos a necessidade de ampliação das discussões sobre a saúde mental, em especial, o trabalho que o/a Assistente Social desenvolve no âmbito do CAPS, pois mesmo havendo pesquisas sobre a área da Saúde mental, torna-se relevante adensar os estudos. Isso porque, partimos do pressuposto que o conhecimento da realidade aumenta as chances de intervir numa perspectiva de totalidade. Tais pesquisas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



contribuirão para subsidiar as reflexões dos/das estudantes que estão no momento do estágio e ainda poderão fortalecer a atuação profissional à luz do Projeto Ético-Político da profissão. Dessa forma, apontamos no decorrer desse trabalho que no CAPS o/a Assistente Social contribui para alargar a compreensão acerca das determinações sociais que interferem no processo de tratamento dos usuários da referida instituição bem como no rompimento com atitudes relacionadas à culpabilização dos/as usuários/as e de seus familiares sobre as questões de saúde.

Numa análise mais abrangente, ao Serviço Social e as outras profissões que atuam no CAPS, coloca-se a necessidade de defender a existência de serviços públicos de saúde mental, desvelar os preconceitos que cercam a loucura, pautando a humanização do atendimento e lutando contra todas as formas de preconceito e estigmatização ainda existentes em relação às pessoas que sofrem com transtornos mentais ou que fazem uso de substâncias lícitas ou ilícitas.

Feito esse percurso, afirmamos que o funcionamento da sociedade capitalista, perpassado pela exploração do trabalho e pelo desemprego estrutural, colaboram para os processos de adoecimento, bem como para o uso abusivo de substâncias lícitas ou ilícitas. Sendo assim, a luta pela melhoria dos serviços de saúde mental, deve englobar, necessariamente, o enfrentamento dessa sociedade. Para Bisneto (2007, p.39) “[...] apesar das conquistas, precisamos continuar criticando os aspectos do neoliberalismo, do privatismo, da ênfase apenas medicamentosa, da predominância da orientação exclusivamente clínica, dentre outros”. Portanto, o desafio posto ao Serviço Social no CAPS é fomentar a organização política dos/as usuários/as, familiares e profissionais da instituição, questões relevantes no processo de luta por outra organização societária.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental**: uma análise institucional da prática. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Ministério da Saúde: Brasília, 1990.

_____. **Lei nº 10. 216 de 2001.** Ministério da Saúde: Brasília, 2001.

_____. **Portaria de nº3.088, de 23 de dezembro de 2011.** Ministério da Saúde: Brasília, 2011.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete et al, (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: DF, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. CFESS: Brasília, 2010.

_____. **Resolução nº 493 de 21 de agosto de 2006.** Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006.

_____. **O estigma no uso de drogas.** Série assistente social no combate ao preconceito. Caderno 2, CFESS: Brasília, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 38ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

LIMA, Camila Ávila de. Reforma Psiquiátrica e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): contribuições do Serviço Social. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 102, p. 339-351, abr./jun. 2010.

ROSSI, Pedro et al. Austeridade Fiscal e o financiamento da educação no Brasil. In: **Educ. Soc.,** Campinas, v.40, e0223456, 2019.

PROMOÇÃO



APOIO

